

## **PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA PROPOSTA EXTENSIONISTA**

*Cristiane Sonogo*

Professora Ms. do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste  
E-mail: [cristianesonogo@gmail.com](mailto:cristianesonogo@gmail.com)

*Andressa Kolody*

Professora Ms. do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste. E-mail: [andressakolody@yahoo.com.br](mailto:andressakolody@yahoo.com.br)

### **RESUMO:**

No Projeto de Extensão “Prevenção da violência contra crianças e adolescentes: estudos e articulações da rede de atendimento no município de Guarapuava-PR”, propõe-se trabalhar com os profissionais que atuam junto às famílias, crianças e adolescentes; com pais e/ou responsáveis, bem como junto as próprias crianças e adolescentes. O objetivo central é reconhecer a violência contra estes sujeitos no âmbito do município, buscando capacitar multiplicadores sociais para identificar e intervir na problemática, numa perspectiva de trabalho em rede. Para tanto, faz-se necessário realizar estudos na área, bem como desenvolver projetos de intervenção compatíveis com as demandas apresentadas nas realidades abordadas. As ações desenvolvidas buscam capacitar os sujeitos envolvidos para alteração dessa realidade e, também, afirmar o trabalho em rede enquanto estratégia potencial na construção de uma cultura de valorização da infância e da adolescência e fortalecimento do papel da sociedade no combate à violência.

**Palavras-chave:** Criança e Adolescente, Prevenção, Violência, Extensão.

**ABSTRACT:** In the University Extension Project: “Prevention of violence against children and adolescents: studies and articulations of the network of attendance in municipality of Guarapuava-PR”, the purpose is to work with professionals who labor with families, children and adolescents; with parents and/ or guardians, as well as with children and adolescents. The central aim is to recognize the violence against such subjects in the scope of municipality, seeking to train social multipliers to identify and intervene in problematic from the perspective of networking. Therefore, it’s necessary to accomplish studies in theme and also to develop projects of intervention compatible with the demands present in the approached realities. The developed actions seek to empower the involved subjects to change of this reality and, also, to assert the network while potential strategy in the construction of a culture of valorization of the childhood and of the adolescence and in the strengthening of the role of society to combat violence.

**keywords:** Child and Adolescent; Prevention; Violence; Extension.

### **APRESENTAÇÃO**

A violência revela-se, atualmente, como um fenômeno que se dissemina no meio

social, em suas variadas formas, atingindo um número expressivo de pessoas, sem distinção de sexo, raça/etnia, condição socioeconômica, religião ou idade. Contudo, são as crianças e os adolescentes as vítimas mais frequentes das expressões da violência, isso justificado, entre outros aspectos, pela fragilidade desses sujeitos.

Enquanto expressão da questão social, as diversas manifestações da violência têm exigido ações que intervenham nos casos denunciados, e, sobretudo, ações que se proponham a prevenir a problemática – em suas dimensões primária, secundária e terciária.

Nestes termos, este artigo objetiva socializar e refletir sobre a experiência do Projeto de Extensão “Prevenção da violência contra crianças e adolescentes: estudos e articulações da rede de atendimento no município de Guarapuava - PR”, desenvolvido junto ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste - PR.

Frente a multicausalidade da violência dirigida às crianças e adolescentes, bem como seu caráter multifacetado, o objetivo central de ação no Projeto de Extensão é reconhecer a violência contra crianças e adolescentes no município, buscando capacitar multiplicadores sociais para identificar e intervir na problemática, numa perspectiva de trabalho em rede, fortalecendo o atendimento integral a esses sujeitos na realidade local.

Em se tratando dos objetivos específicos, pretende-se: diagnosticar, através dos espaços de atenção a crianças e adolescentes, as configurações da violência, suas causas e consequências; elaborar subprojetos de prevenção à violência contra crianças e adolescentes numa perspectiva de fortalecimento da rede e de continuidade do atendimento; capacitar profissionais das instituições que atendem crianças e adolescentes para identificar e desenvolver ações de prevenção e intervenção nos casos de violência constatados; desenvolver atividades com as crianças e os adolescentes, assim como com seus familiares, buscando reafirmar a importância do convívio familiar e a superação dos atos de violência; promover a integração de instituições, famílias e comunidades, com estímulo à participação no combate à violência, promoção da construção coletiva de conhecimentos e, promoção de espaços de discussão e reflexão aos acadêmicos, com a construção de conhecimentos e de ações numa perspectiva multiprofissional e interdisciplinar.

Os fundamentos dos objetivos mencionados se constituem a partir da Doutrina de Proteção Integral.

A Doutrina da Proteção Integral apresenta três pontos principais. Em primeiro lugar, as crianças são vistas como cidadãos e cidadãs completos, com os mesmos direitos que os adultos e ainda, alguns outros, referentes às peculiaridades dessa fase do desenvolvimento. Em segundo lugar, a atenção às necessidades da criança deve ser dada de uma forma integral, levando-se em conta aspectos físicos, mentais, culturais, espirituais etc. Em terceiro lugar, é colocado, que a proteção das crianças e

adolescentes, bem como a garantia dos seus direitos, não é responsabilidade apenas da família, mas também do Estado e da sociedade como um todo (NEPOMUCENO, 2002, p. 145).

No lastro destes fundamentos, as ações propostas no âmbito do Projeto, se constituem e se configuram a partir das demandas por estratégias de enfrentamento à violência no bojo de suas particularidades. Entende-se que a composição de estratégias a partir da concretude das particularidades que cercam o fenômeno se torna possível através da formação de redes sociais.

Na área da infância e da adolescência, a rede representa o “[...] conjunto integrado de instituições governamentais, não governamentais e informais, ações, informações, profissionais, serviços e programas que priorizem o atendimento integral à criança e adolescente na realidade local de forma descentralizada e participativa” (HOFFMANN et al, 2000, p. 6).

Entende-se que ações desenvolvidas através do Projeto de Extensão podem contribuir para valorização da capacidade dos sujeitos em modificar sua realidade e, também, para o desenvolvimento de trabalhos intersetoriais, com vistas à construção de uma cultura de valorização e proteção da infância e da adolescência.

O eixo orientador das ações desenvolvidas pela equipe do projeto parte da compreensão do conhecimento como construção histórica e social e que a relevância da teoria ocorre a partir da sua validação em contato com a prática.

Assim, a extensão universitária, revela-se como espaço privilegiado de diálogo com a sociedade e configurador da práxis, pois possibilita a reflexão teórica, o planejamento e a execução de estratégias de ação nesta realidade e, assim, a consecução de ações que caminhem para a afirmação de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, com a efetivação de seus direitos constitucional e legalmente garantidos.

De forma geral, o posicionamento que orienta o desenvolvimento das ações no projeto em tela compreende que assim como a violência é construída socialmente, ela pode ser também “desconstruída”. Essa desconstrução torna-se possível com estratégias que viabilizem e fortaleçam o trabalho em rede.

## **METODOLOGIA**

A metodologia proposta pelo projeto pretende desvelar a realidade, captando as suas múltiplas determinações que a configuram.

Para tanto, se constituem como princípios fundamentais: o respeito à realidade de cada universo a ser abordado e, também, o conhecimento dos sujeitos envolvidos; trabalho cooperativo entre a equipe do projeto de extensão e os participantes da comunidade/instituições/sujeitos, que contribua para um processo dialógico de enriquecimento da dinâmica das relações sociais e também, especificamente, da formação profissional e pessoal dos acadêmicos e professores envolvidos, bem como para à articulação entre as diferentes políticas sociais que envolvam o atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

Em outros termos, o projeto de extensão possuiu duas etapas inter-relacionadas: a produção de conhecimentos e a intervenção social.

Em se tratando da produção de conhecimento, a equipe do Projeto realiza estudos, participa de eventos, bem como produz artigos referentes ao campo específico. As atividades iniciam-se com a discussão dos múltiplos determinantes que envolvem a problemática da violência contra crianças e adolescentes. De forma que, as discussões consideram os estudos já elaborados sobre o tema, abordando seu conceito, suas faces, suas características e possíveis causas e consequências. Consideram, ainda, os documentos legais que orientam as argumentações, os espaços e estratégias de intervenção, entre outros elementos que devem ser considerados.

Munidos teoricamente, os acadêmicos se lançam ao desafio de reconhecer as demandas presentes no cotidiano das instituições e da comunidade e, a partir delas, construir as ações necessárias pautados na proposta do projeto de extensão: a prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

De modo geral, a produção de conhecimento possibilita a ampliação das ações profissionais e estimula a equipe na promoção da troca de conhecimentos e experiências entre a população abordada e a equipe durante o desenvolvimento do projeto, o que é fundamental para viabilizar as diretrizes da Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente.

No que se refere à intervenção social, tem-se como proposta a realização de oficinas, palestras, encontros, capacitações entre outras atividades que surgirem de cada demanda social. Estas atividades são desenvolvidas através de projetos de intervenção.

É a partir do entendimento de que as ações extensionistas devem partir das demandas apresentadas pela sociedade, que o Projeto de Extensão em tela constituiu-se. Ou seja, as demandas são levantadas na realidade da sociedade e das instituições; estas demandas são problematizadas e estas problematizações devem levar a uma intervenção. Por esta

característica temos na extensão um campo fértil de formação profissional, haja vista que ela solicita uma constante relação entre teoria e prática (BRASIL, 2000/2001).

Através da extensão, o acadêmico tem a possibilidade de estabelecer a relação entre teoria e prática, uma vez que ao reconhecer as demandas advindas da violência contra crianças e adolescentes em Guarapuava, apresentadas na realidade – das instituições de intervenção ou da própria comunidade – Este tem na teoria os elementos que lhe possibilita apreender o seu objeto de ação, o movimento e a direção deste objeto, as contradições em presença e as possibilidades de intervenção (SANTOS, 2010).

O projeto de extensão visa desenvolver atividades de caráter socioeducativo, pois se propõe a desenvolver ações que, através da informação, da reflexão ou da relação, visam provocar mudanças na realidade abordada (MIOTO, 2004). No Projeto estas ações são desenvolvidas com vistas a prevenir a violência contra crianças e adolescentes, através da promoção de seus direitos e da notificação de situações de suspeita ou de confirmação de violação destes direitos.

## **DESENVOLVIMENTO**

A violência revela-se, atualmente, como um fenômeno que se dissemina no meio social, em suas variadas formas, atingindo um número expressivo de pessoas, principalmente as crianças e os adolescentes. Muitos são os relatos de meninos e meninas que são, cotidianamente, submetidos às mais diversas e dolorosas manifestações de violência – física, psíquica e emocional – em todo o cenário do mundo.

No Brasil, ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, p. 2) prescreva no artigo 5º que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”, o fato constatado é que:

O espectro da violência tem pairado sobre a sociedade brasileira, atingindo, de forma injusta e cruel, crianças e adolescentes indiscriminadamente, seja nas ruas ou nos logradouros públicos durante a calada da noite, seja em seus lares na forma de maus-tratos, espancamentos, torturas e abusos sexuais, seja nas escolas ou instituições em que, estigmatizados e marginalizados, constroem-se na revolta e resistência ao sistema que os prostitui (ROURE, 1996, p.15).

Fica evidente nessa afirmação a amplitude com que a violência permanece na vida dos meninos e meninas em nossa sociedade. Do mesmo modo, verifica-se como são vastas as

formas com que pode se manifestar a violência dirigida a esses sujeitos, refletindo aspectos históricos, culturais, estruturais e conjunturais.

Diante dessa realidade, as crianças e os adolescentes podem ser vitimados pelas condições socioeconômicas apresentadas em nossa conjuntura atual ou, ainda, vitimizados nas relações interpessoais – onde prevalece o abuso de poder do adulto sobre esses sujeitos, podendo ocorrer independentemente da situação socioeconômica vivida, como afirmam Azevedo e Guerra (2000).

Enquanto expressão da questão social, as diversas manifestações da violência exigem ações que intervenham nos casos denunciados, e, sobretudo, ações que se proponham a prevenir a problemática em suas dimensões primária, secundária e terciária.

Por prevenção primária compreendemos as “[...] estratégias dirigidas ao conjunto da população num esforço para reduzir incidência ou o índice de ocorrência de novos casos” (GUERRA, 2004, p. 3).

Em se tratando da prevenção secundária, esta “[...] envolve a identificação precoce da assim chamada *população de risco*” (GUERRA, 2004, p. 3 – grifo do autor).

A prevenção terciária é “[...] dirigida aos indivíduos que já são agressores ou vítimas no sentido de reduzir as consequências adversas do fenômeno ou de evitar que o indivíduo sofra o processo de incapacidade permanente” (GUERRA, 2004, p. 3).

Dentro da nova proposta de atenção a crianças e adolescentes, assevera-se a necessidade de criar estratégias de enfrentamento do fenômeno a partir da consideração de suas particularidades na realidade municipal. Isso se torna possível por meio da articulação de redes sociais. A construção de rede de atendimento mostra-se como “[...] alternativa necessária de enfrentamento das manifestações da exclusão social” (BOURGUIGNON, 2007, p. 246).

A rede representa a agregação de várias instituições em torno de um interesse comum; deve ser pensada em sintonia com a realidade local, com a cultura de organização social, com a sociedade civil organizada (ativa e participativa). Sendo assim, ela sugere a ideia de articulação, conexão, vínculo, ações complementares, relações horizontais entre os parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulneráveis ou em situação de risco social ou pessoal.

Na área da criança e do adolescente, a rede representa o “[...] conjunto integrado de instituições governamentais, não-governamentais e informais, ações, informações, profissionais, serviços e programas que priorizem o atendimento integral à criança e

adolescente na realidade local de forma descentralizada e participativa” (HOFFMANN et al, 2000, p. 6).

Para a intervenção em rede é essencial

[...] repensar o direcionamento das ações das políticas públicas destinadas à família, criança e adolescente exige enfrentar o desafio de, a partir do princípio de intersetorialidade, construir redes intersetoriais capazes de responder as demandas sociais numa perspectiva de garantia dos direitos fundamentais destes segmentos cada vez mais empobrecidos material e culturalmente pelo processo sócio histórico de exclusão social (BOURGUIGNON, 2007, p. 251).

A intervenção integrada entre os profissionais é fundamental. Além disso, é importante que as ações desenvolvidas sejam multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais, criando uma rede de proteção às vítimas de violência.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Partindo da proposta adotada pela equipe do Projeto referenciado, esclarece-se que as ações desenvolvidas têm como eixo basilar a Doutrina de Proteção Integral, afirmada na Constituição de 1988 e reafirmada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990.

A afirmação desta Doutrina permite que as crianças e os adolescentes tenham garantidos os princípios da dignidade, da igualdade de direitos e do respeito às diferenças.

A dignidade representa estender aos meninos e às meninas, integralmente, o valor de ser pessoa humana e, assim, o direito a ter direitos, salvo os limites impostos pela legislação.

A igualdade surge na universalização de direitos a toda e qualquer criança, da mesma forma, entre crianças e adultos, pois ambos são titulares dos mesmos direitos.

O respeito evidencia que crianças e adolescentes estão em uma fase diferenciada de desenvolvimento, que esta fase é vivenciada de modo peculiar no que se refere à sua formação moral, de personalidade e a sua condição de fragilidade, porém, esta diferenciação não o inferioriza diante do adulto.

Nesta perspectiva, esses sujeitos se constituem como pessoas em condição especial de desenvolvimento, como sujeitos de direitos, destinatários de proteção integral e prioridade absoluta, o que responsabiliza poder público, sociedade, comunidade e família pelo pleno atendimento de seus direitos.

Contudo, as crianças e os adolescentes compõem uma parcela da população constantemente renegada em relação à efetivação dos direitos humanos e, assim, em sua

condição de cidadania, haja vista que eles têm seus direitos violados diariamente – violação que apresenta diferentes nuances. Estas violações

Evidenciam o distanciamento entre a vida cotidiana e os marcos legais, pondo em questão o que está previsto na Constituição Federal de 1988 sobre a proteção integral e a prioridade absoluta, como responsabilidade do Estado, da família e da sociedade (SOUZA, 2010, p.17).

É justamente na compreensão de que as problemáticas que envolvem crianças e adolescentes no contexto atual são complexas e que, por isso, exigem o posicionamento dos diferentes atores sociais em prol da garantia dos seus direitos, que a equipe do Projeto de Extensão busca construir suas ações.

Entende-se que as violações dos direitos das crianças e dos adolescentes assumem características específicas em cada localidade, desta forma a equipe do projeto busca reconhecer esta realidade, desvelando suas características e suas potencialidades de superação da problemática, reconhecendo nos sujeitos envolvidos os agentes de transformação.

A aproximação da equipe com a realidade, somada a leitura de bases teóricas e legais, proporcionaram a constante e necessária relação entre teoria e prática, proporcionando que os trabalhos se tornem mais coerente com a realidade em foco.

As primeiras atividades desenvolvidas junto à comunidade referem-se à abordagem do dia 18 de maio, instituído pela Lei Federal nº. 9970/00 como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Esta forma de violência representa o emprego

[...] de atos sexuais de qualquer natureza, mediante promessa ou efetivação de troca de vantagens ou segurança material entre o agente e a criança/adolescente. Engloba, entre outras, a realização de práticas sexuais mediante pagamento, a pornografia infantil, o tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais e o turismo sexual infantil (BRASIL, 2008, p. 32)

A importância de combater esta forma de violência está evidenciada no contexto do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, promulgado em 2002. Este plano aponta como eixos estratégicos de ação, a Defesa e Responsabilização (objetiva defender direitos ameaçados ou violados), a Mobilização e Articulação (que busca, entre outros aspectos, comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática) e a Prevenção (que enfatiza a realização de ações preventivas contra a violência sexual) (BRASIL, 2002).

A mobilização e a articulação criam possibilidades reais de combater a problemática em questão, fortalecendo a rede de proteção às crianças e aos adolescentes. Vale ressaltar que



a sociedade civil assume papel importante no combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, pois torna possível um processo de comunicação e interação, fortalecendo o poder da sociedade neste combate.

A prevenção garante a sensibilização da comunidade em geral e das próprias crianças e adolescentes para este problema. Para tanto, torna-se necessário à desconstrução de conhecimentos de senso comum que, por vezes, justificam e/ou reforçam a violência sexual contra meninos e meninas.

Esta desconstrução precisa acontecer no contexto da opinião pública e do imaginário da população, o que “[...] requer estratégias que fortaleçam a superação das barreiras sociais, do preconceito, do estigma, da naturalização da violência, da impunidade e da desarticulação das oportunidades de ocorrência da violência sexual” (LEAL, 2000, p. 62).

Registra-se a importante contribuição das campanhas de combate à violência sexual de crianças e adolescentes, que auxiliam na visualização do problema e dos canais de denúncia, bem como, convocam as instituições governamentais e não governamentais para a construção de estratégias coletivas de combate e enfrentamento dessa problemática.

Como forma de combate a esta face da violência, a equipe do Projeto de Extensão desenvolveu projeto de intervenção com o objetivo de divulgar e criar espaços de discussão e reflexão sobre o tema violência contra criança e adolescente, destacando a exploração sexual contra esses sujeitos. Essa ação ocorreu no Colégio Estadual Dulce Maschio, onde participaram alunos do ensino fundamental do 5ª e 6ª ano. Esta ação envolveu 180 alunos, entre 09 e 12 anos de idade.

A partir das características deste grupo de alunos, foram desenvolvidas atividades lúcidas para divulgação dos direitos das crianças e dos adolescentes, para discussão sobre possíveis situações de violações de seus direitos, bem como para refletir sobre a violência, em especial, a sexual. A aproximação da equipe junto aos alunos, através do subprojeto de intervenção, constituiu um momento de sensibilização à temática.

O desconhecimento da intensidade e abrangência do fenômeno pode estar inclusive, contribuindo para o ciclo da violência diante da impunidade, por isso, a sensibilização das crianças e adolescentes se constitui como estratégia potencial para que se possa combater os casos de violência e promover a efetivação dos direitos previstos no ECA.

Os processos de mobilização exigem a socialização de informações a respeito do fenômeno violência, na tentativa de esclarecer a problemática da violência contra crianças e adolescentes, a equipe do Projeto desenvolveu uma ação junto à Sociedade São Vicente de

Paulo. O objetivo foi capacitar pessoas da comunidade para a identificação da violência contra meninos e meninas.

A ação ocorreu através da palestra: “A violência contra criança e adolescente”, utilizando slides que continham os conceitos de violência, suas formas, as possibilidades de denúncia de casos identificados, etc.; exibição de vídeos para melhor esclarecimento dos conceitos apresentados e como forma de descontração das pessoas presentes. Tendo esta atividade explorado o diálogo e a problematização dos conceitos a partir dos relatos dos presentes, considerando que a violência é sempre difícil de ser tratada.

Por fim, foi distribuída uma cartilha que continha os conceitos de violência, as formas, os números e endereços para denúncias dos casos identificados, além de *links* de *sites* onde se podem obter maiores informações a respeito da violência contra criança e adolescente.

A palestra foi realizada para 25 pessoas, vários adolescentes, pais e responsáveis se fizeram presentes. Estes se mostraram interessados no tema e contribuíram com a discussão relatando suas experiências e apresentando dúvidas, possibilitando à equipe do Projeto não apenas responder, mas estabelecer um diálogo com os participantes, no sentido de desconstruir atitudes de violência que são encaradas como naturais e normais pela maioria da sociedade.

Tratar a violência contra criança e adolescente numa sociedade que está ainda em processo lento de desconstrução da imagem da criança destituída de direitos, torna-se um desafio latente e difícil. Um conceito demora para ser construído e se faz mediante as relações familiares, com a sociedade, com as leis, etc.

Segundo Odália (1985, p. 23), “Razões, costumes, tradições, leis explícitas ou implícitas, que encobrem certas práticas violentas normais na vida em sociedade, dificultam de imediato compreender seu caráter [...]” e não é possível combater uma prática violenta se ela não é reconhecida como tal.

Se o ECA prevê, em seu artigo 4º, que é dever de todos garantir os direitos de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990) e se no entender de autores como Guerra (2004), a violência é uma negação de tais direitos, impõe-se a necessidade de discutir o que é violência hoje, no entendimento não apenas dos profissionais que atuam nesta área, mas, principalmente dos pais/responsáveis pelas crianças e adolescentes e da sociedade de forma geral.

Entende-se que discutir a problemática em todas as esferas possibilita a construção de novos conceitos sobre infância e adolescência e, só assim, é possível combater atitudes de violência. A discussão sobre o assunto, neste aspecto, configura um exercício de prevenção à

problemática, pois como afirma Nepomuceno (2002, p.171), a informação, somada a sua necessária reflexão, pode “[...] levar a uma mudança no imaginário social quanto ao tratamento a ser dispensado aos meninos e às meninas”.

Outra estratégia com este viés foi desenvolvida no Colégio Estadual Newton Felipe Albach. A proposta de discutir a problemática da violência foi levada através de um projeto de intervenção que tinha como questão central refletir sobre o *bullying*.

Destaca-se que as crianças e os adolescentes continuam recebendo atenção especial nas ações propostas, haja vista a compreensão de que eles são protagonistas nessa luta. Desta forma, foi realizado um projeto de intervenção sobre *bullying* junto às crianças e os adolescentes desta escola.

O ambiente escolar é um local de aprendizagem, de participação e de conhecimento dos direitos humanos, por isso, afirma-se como um espaço de exercício da cidadania. Contudo, é neste espaço também que se manifestam diferentes expressões da violência contra meninos e meninas, entre elas o *bullying*.

Pode-se caracterizar o *bullying* como:

[...] todas as formas de atitudes agressivas, realizadas de forma voluntária e repetitiva, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro (os), causando dor e angústia e realizada dentro de uma relação desigual de poder (ABRÁPIA, 2007, p. 2).

Embora na escola possam ocorrer situações de violência, como o *bullying*, trata-se também de um espaço de socialização de conhecimentos e vivências, e desta forma, local privilegiado para desenvolver ações de prevenção à problemática.

As ações preventivas podem sensibilizar e mobilizar as próprias crianças e os adolescentes sobre as manifestações de violação de seus direitos. Pautada nesta compreensão, que a equipe do Projeto de Extensão, através do projeto “BULLYING: Brincadeira que machuca não é brincadeira”, discutiu, junto aos alunos do 5º ano, a violência contra crianças e adolescentes exercida através do *bullying*.

A ação envolveu 56 alunos que participaram ativamente das discussões e relataram situações de *bullying* vivenciadas no espaço escolar, assim como apontaram, segundo suas compreensões, as formas de ocorrência de violência.

Outra ação realizada junto a crianças e adolescentes foi o projeto desenvolvido com crianças, filhos de egressos atendidos pelo Pró-Egresso. Ao considerarmos a realidade das famílias atendidas neste programa é possível visualizar as dificuldades vivenciadas no âmbito familiar, num primeiro momento, pela situação da ausência de um dos seus membros e,

posteriormente, pelo estigma de “criminalidade” que se estende para todos os membros do grupo familiar.

Por isso, esta ação se pautou na compreensão de que, em muitas situações, as crianças e os adolescentes sofrem com diversas formas de discriminação, tanto no convívio em comunidade ou nas instituições, quanto dentro da própria família, sendo assim, restringidos de sua plena vivência nos diferentes grupos sociais. Este fato afirma a exclusão que a sociedade emprega aos apenados e também às suas famílias.

Os reflexos desta situação na vida das crianças e dos adolescentes se manifesta como uma forma de violação de seus direitos. Nesse sentido, torna-se importante proporcionar um ambiente de construção de conhecimento sobre direitos e deveres, a partir do previstos no ECA.

Nesta perspectiva, a equipe do projeto desenvolveu o plano de ação: “Entre Crianças: uma brincadeira com o ECA”, junto a estes sujeitos, tendo como objetivo central promover reflexões sobre o ECA através de atividades pedagógicas acerca do tema.

Para atingir o objetivo proposto, foram realizadas três oficinas: na primeira, foi distribuída a cartilha “Zeca em: Conhecendo o ECA!”, que foi lida e, enquanto ela era colorida foi estabelecido um diálogo entre as crianças e a equipe executora; na segunda, foram distribuídas folhas para que as crianças pudessem retratar, através de desenhos e frases, alguns dos direitos previstos no ECA, que foram discutidos entre o grupo e, na terceira, as crianças confeccionaram um mural onde elas expusessem como entendem um “mundo feliz”, retomando a discussão acerca dos direitos fundamentais, como o direito a “liberdade, ao respeito e a dignidade” e o direito a “educação, a cultura e ao esporte”.

As atividades, conduzidas em forma de diálogo, possibilitaram uma maior interação entre as crianças e a equipe executora, além de haver um esclarecimento sobre o ECA ao mesmo tempo em que elas relatavam situações cotidianas onde se pode identificar situações de violência.

Da mesma maneira, elas contribuíram de forma significativa no aprendizado e na compreensão dessas crianças sobre os seus direitos, pois a todo o momento elas estavam sendo estimuladas a repensá-los e identificá-los no seu cotidiano.

Ainda, na perspectiva de refletir a problemática junto aos futuros profissionais que atenderam esta parcela da população, foi realizada a mesa redonda: “O combate à violência contra crianças e adolescentes numa perspectiva interdisciplinar”. Esta ação teve como objetivo discutir as ações desenvolvidas no combate à violência contra crianças e adolescentes, no município de Guarapuava – PR pelo Centro de Referência Especializado da

Assistência Social. E possibilitou espaço para socialização das práticas do psicólogo e do assistente social no âmbito do CREAS.

Outra atividade iniciada em 2011 foi a identificação da Rede Municipal de Proteção a Criança e ao Adolescente. Esta atividade tem como objetivo elaborar uma cartilha com informações gerais sobre as instituições que compõe a rede. O projeto foi apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo este parceiro nesta ação. A parceria consiste na impressão de 500 exemplares e na distribuição do material.

Em 2012, o projeto desenvolveu a oficina: “Trabalhando com o Centro de Referência da Assistência Social Morro Alto e a rede de abrangência, o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes no município de Guarapuava – PR”. Esta ação foi desenvolvida em parceria com o CREAS, no CRAS e contou com a participação de 21 profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social.

No mês de agosto foram realizadas diversas atividades através do projeto de intervenção “Conhecer direitos e discutir deveres: O Eca vai à Escola”. Este projeto teve como objetivo divulgar e discutir os Direitos e deveres de crianças e adolescentes, bem como, a violação destes direitos, junto aos alunos do 7º, 8º e 9º ano do Colégio Estadual Newton Felipe Albach no Bairro Santa Cruz do Município de Guarapuava – PR.

A ação vem ao encontro com o que está preconizado na Lei 11.525 de 25 de Setembro de 2007, sobretudo § 5º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a respeito da inclusão de “[...] conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental”.

Nestes termos, entende-se que a escola possui papel estratégico na efetivação dos direitos previstos pelo ECA. Para isso, as escolas e os educadores precisam conhecer essa legislação, assim como os educandos e os órgãos de apoio presentes na comunidade.

Na condição de sujeitos de direitos, é de fundamental importância que os educandos, conheçam amplamente o Estatuto, defendam e exijam a proteção de seus direitos, bem como reconheçam e exerçam seus deveres. Para isso, são necessárias ações preventivas capazes de sensibilizar e, sobretudo mobilizar a sociedade em geral para o enfrentamento da violação de direitos.

Assim, a escola torna-se espaço potencial de socialização e construção da cidadania, lugar propício para exercitar a aprendizagem, a participação e o respeito aos Direitos Humanos. Além do mais, a escola está inserida em uma rede de proteção integral em que se destaca como “[...] possuidora de responsabilidade social ampliada” (BRASIL, 2008, p. 07).

Estes elementos constituem-se fundamentos para o desenvolvimento da ação em tela. Com vistas a atender o objetivo proposto, foram desenvolvidas oficinas lúdico-educativas, que contextualizavam os direitos fundamentais definidos pelo ECA bem como deveres das crianças e dos adolescentes; foram disponibilizados 200 exemplares da cartilha: “Crianças e Adolescentes Primeiro!”, cedidas pela Associação Nacional dos Defensores Públicos, Governo do Estado do Ceará e Secretaria de Direitos Humanos; desenvolveu-se atividades recreativas, considerando as especificidades de cada ano, para reforçar a reflexão sobre os direitos e deveres; bem como publicizou-se as atividades desenvolvidas, bem como a importância da garantia dos direitos de crianças e adolescentes, por meio de jornal local e meio eletrônico.

De forma geral, as ações desenvolvidas reafirmam a necessária intervenção e a construção de saberes sobre o assunto. Ao formar espaços de repasse de informações e de discussão, o Projeto busca levar os sujeitos a refletirem sobre seus papéis na luta contra a problemática, sobre as possíveis formas de ação e as bases de apoio, bem como busca instrumentalizar os sujeitos, principalmente às crianças e aos adolescentes, fortalecendo-os enquanto sujeitos de direitos, protagonistas sociais, enquanto cidadãos capazes de pensar e recriar a realidade.

## **REFERÊNCIAS**

- ABRÁPIA. Bullying. Disponível em: <<http://www.bullying.org.br>>. Acesso em: maio 2007.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. As políticas sociais e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio recusado em São Paulo? In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (orgs). Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- BRASIL. Fortalecimento da Rede de Proteção e Assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.
- \_\_\_\_\_. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. 3 ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002.
- \_\_\_\_\_. MEC. Plano Nacional de Extensão Universitária. Edição Atualizada, Brasil: MEC, 2001.
- \_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.criancanoparlamento.org.br/sites/default/files/eca.pdf>

BOURGUIGNON, J. A. Concepção de Rede Intersetorial de Atendimento à Criança e Adolescente. In: LAVORATTI, Cleide (org). Programa de Capacitação Permanente na Área da Infância e da Adolescência: o germinar de uma experiência coletiva. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2007. p. 245-251.

GUERRA, V. N. de A. Prevenção da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (Palestra). In: I Seminário Regional de Combate à Violência Doméstica e Exploração Sexual Contra Criança e Adolescentes – Ação em Debate. Uberaba (MG), USP, 2004. Disponível em: <[www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/uberaba.doc](http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/uberaba.doc)>. Acesso em: 05 jul. 2012.

HOFFMANN, C. et al. Reflexões sobre rede de atendimento à criança e ao adolescente. Ponta Grossa: UEPG, 2000.

LEAL, M. L. P. A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil). Brasília: CECRIA/ IIN/ Ministério da Justiça/ UNICEF/ CESE, 2000.

MIOTO, R. C. T. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais: Revista Virtual Textos & Contextos, nº 3, ano III: EdUPUCRS, dez. 2004.

NEPOMUCENO, V. O mau-trato infantil e o Estatuto da Criança e do Adolescente: os caminhos da prevenção, da proteção e da responsabilização. In: SILVA, Lygia Maria Pereira da (org). Violência doméstica contra a criança e o adolescente. Recife: EDUPE, 2002. p. 139-180.

ODALIA, N. O que é violência. São Paulo: Nova Cultural/ Brasiliense, 1985.

ROURE, G. Q. de. Vidas silenciadas: a violência com crianças e adolescentes. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

SANTOS, C. M. dos. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas nas relações entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SOUZA, R. de O. Abertura. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção. Brasília: CFP, 2010.